política

Secretarias de Educação prestarão esclarecimentos

Reformulação nas redes municipal e estadual de ensino será debatida

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz

sofiae@jcrs.com.br

O secretário de Educação de Porto Alegre e a subsecretária de Educação do Rio Grande do Sul prestarão esclarecimentos na Câmara da Capital sobre a reformulação das redes de educação. Os depoimentos foram solicitados por vereadores governistas após protestos em diversas comunidades contra a medida e ocorrerão hoje no Legislativo.

Conforme anúncio da prefeitura e do governo do Estado, a partir de 2026 não haverá turmas de 6º ano na rede municipal, assim como o 1º ano do Ensino Fundamental será encerrado em algumas escolas estaduais.

Antes do convite formal para o comparecimento, os parlamentares da base se reuniram com Leonardo Pascoal, chefe da pasta municipal, e com o prefeito Sebastião Melo (MDB) para discutir a reorganização.

O encontro ocorreu nesta quinta-feira e foi solicitado pelos vereadores. Mesmo que alguns parlamentares da base sejam críticos às alterações, a reunião



Vereadores da Capital recebem gestores para detalharem alterações

com o secretário foi considerada tranquila.

Na reunião, os representantes do Executivo afirmaram que a mudança não foi divulgada oficialmente, por isso a falta de informações acerca das alterações.

De acordo com o vereador Marcos Felipi (Cidadania), havia um alinhamento entre o Paço Municipal e o Palácio Piratini sobre a temática quando, em uma reunião escolar, um coordenador comentou sobre a mudança, o que causou surpresa e preocupação nas famílias. "A informação vazou", explicou o parlamentar.

Sobre a reformulação, Pascoal frisou que as mudanças não foram um pedido da Capital, mas sim um acordo entre os dois entes, ao contrário do que o Estado vem divulgando.

Segundo o vereador Rafael Fleck (MDB), o convite a representantes dos dois Executivos é uma oportunidade de esclarecer esse impasse. De acordo com vereador, o secretário ainda não adiantou qual será a decisão final, mas que está disposto a explicar e ouvir às considerações dos parlamentares.

Executiva nacional do PSDB prorroga mandato de Paula Mascarenhas

/ PARTIDOS

Marcus Meneghetti

marcusv@jcrs.com.br

A direção nacional do PSDB prorrogou por mais 30 dias o mandato da presidente gaúcha do partido, a secretária estadual de Relações Institucionais, Paula Mascarenhas. O fim do mandato de Paula estava programado para 31 de outubro, quando a executiva nacional pretendia instituir uma comissão provisória no diretório do Rio Grande do Sul. A ideia era escolher o próximo presidente estadual da sigla através da comissão, evitando uma eleição interna junto à militância em um momento de fragilidade dos tucanos.

O PSDB passa por um momento de fragmentação no Rio Grande do Sul, após o governador Eduardo Leite migrar para o PSD, levando consigo 28 prefeitos e outras lideranças tucanas no final de agosto. Havia a expectativa de que Paula Mascarenhas - sucessora de Leite na prefeitura de Pelotas - o acompanhasse no novo partido, mas ela optou por continuar no PSDB.

"Claro que foi um baque muito grande para nós, no Rio Grande do Sul. Perder uma liderança da qualidade do Eduardo é algo que impacta um partido. A possibilidade de deputados acompanharem o governador e a saída de prefeitos também impacta. Agora o grande desafio para o PSDB é como lidar com isso", relatou Paula em entrevista à reportagem.

Depois que Leite foi para o PSD, o presidente do PSDB de Porto Alegre, o vereador Moisés Barboza, chegou a acusar a direção gaúcha de "assediar" prefeitos para que seguissem o governador no seu novo partido. Barboza considerou a intervenção "uma decisão acertada do diretório nacional em todo o País".

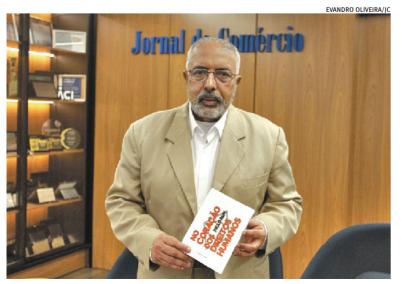
"Em alguns estados longe de Brasília, há pessoas que ainda não decidiram onde ficarão. Por exemplo, tem pessoas da direção gaúcha do PSDB que já subiram em outro palanque com camiseta do PSD. Como você vai permitir que um dirigente partidário, visivelmente comprometido com outra legenda, organize uma convenção e uma eleição partidária no PSDB?", questionou Barboza - sem citar nomes.

Além da questão da intervenção nacional, o PSDB tem dois précandidatos ao governo do Estado: Paula Mascarenhas e o prefeito de Guaíba, Marcelo Maranata. Isso pode fragmentar ainda mais a militância.

Senador gaúcho Paulo Paim lança seu 15º livro

/ FEIRA DO LIVRO

Após o senador Paulo Paim (PT) visitar o **Jornal do Comércio** para a divulgação do seu 15º livro - No Coração dos Direitos Humanos -, ele participou de uma sessão de autógrafos na Feira do Livro de Porto Alegre, sábado, às 14h. Na ocasião, ele autografou a obra com tiragem de mil exemplares, distribuída gratuitamente entre os leitores. Há uma década e meia, Paim lan-



Paim lançou sua nova publicação, No coração dos direitos humanos

ça anualmente uma obra inédita na feira.

Quanto a livro, são 41 capítulos sobre pautas relacionadas aos direitos humanos que fizeram parte da história política do senador ou que, na sua avaliação, deveriam estar na pauta diária do Brasil. Por exemplo, o fim da escala 6X1, cujo projeto tramita no Congresso Nacional; e a Política Nacional de Cuidado Integral às pessoas com Doença de Alzheimer e outras Demências, projeto de Paim sancionado em 2024.

"O livro traz reflexões sobre a realidade brasileira, problemas, desafios, soluções, e sobre como o rumo está em nossas mãos. Minha jornada no Congresso Nacional sempre girou em torno das políticas humanitárias. Tanto que sou o autor do Estatuto do Idoso, do Relatório da Juventude, da política de cotas, entre outras", explica Paulo Paim.

Toffoli muda voto para tirar da prisão ex-diretor da Petrobras

/STF

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu mudar seu voto em relação a um recurso apresentado pela defesa de Renato Duque e passou a defender a anulação de todos os processos derivados da Operação Lava Jato contra o ex-diretor da Petrobras.

Duque cumpre pena na prisão desde agosto de 2024. Em setembro do ano passado, a petição de Duque havia sido negada por Toffoli, mas na sequência a defesa entrou com um agravo regimental (tipo de recurso), que começou a ser julgado nesta sexta-feira.

O prazo para todos os cinco ministros da turma se manifestarem termina dia 10 de novembro. O recurso é analisado pela Segunda Turma em sessão virtual.

A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Duque neste domingo. O caso tramita de forma sigilosa no STF.

Já há dois votos a favor de Du-

que, que pede que a corte reconheça o conluio do ex-juiz Sergio Moro com os integrantes do Ministério Público Federal na condução dos seus processos e na colheita de provas contra ele.

Outras dezenas de alvos da Lava Jato já tiveram seus processos anulados a partir do reconhecimento do conluio. O MPF e Moro, hoje senador pelo União Brasil, negam ilegalidades.

Na primeira análise do recurso, em outubro do ano passado, Toffoli votou contra Duque e colocou o caso para manifestação dos demais integrantes da Segunda Turma. Mas o ministro Gilmar Mendes pediu vista e o recurso ficou sem julgamento por um ano.

Nesta sexta-feira, Gilmar liberou seu votou e defendeu a nulidade de todos os atos praticados por Moro e pelos integrantes do MPF em desfavor de Duque, mantendo apenas os efeitos do acordo de colaboração premiada firmado pelo réu.